

Cooperação e Reciprocidade entre Atores da Agricultura Familiar: Um Estudo na Região Córrego Garrafão no Sudeste Paraense

MARCILENE FEITOSA ARAÚJO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)

HUGO AZEVEDO RANGEL DE MORAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)

GABRIEL MORAES DE OUTEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)

Cooperação e Reciprocidade entre Atores da Agricultura Familiar: Um Estudo na Região Córrego Garrafão no Sudeste Paraense

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo verificar a existência de cooperação e reciprocidade na rede de relações entre produtores e analisar como essas relações influenciam nos resultados alcançados por produtores da agricultura familiar atuantes na região córrego do garrafão no sudeste Paraense. Nesta proposta, adotou-se o termo redes de cooperação para se referir à relação (parceria) entre produtores da agricultura familiar e demais agentes. A formação de uma rede de cooperação objetiva o desenvolvimento do negócio por meio da obtenção de soluções coletivas para problemas similares. Neste sentido, a reciprocidade se fundamenta no caráter voluntário dos atores envolvidos de dar de forma generosa e gratuita, de receber e retribuir (MAUSS, 1974). Para a realização da coleta dos dados, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas no mês de abril de 2018 junto a produtores da agricultura familiar da região córrego do garrafão no Sudeste Paraense. Os dados foram tabulados e trabalhados no software Nvivo. O resultado foi exposto em nuvens de palavras que tiveram como finalidade agrupar e organizar graficamente as palavras mais citadas em função da sua frequência. Como antecipação dos resultados, constata-se que se houvesse uma parceria, principalmente, com a prefeitura do município em relação ao apoio ao escoamento da produção, melhoria das estradas, e apoio com maquinário para o preparo do solo, todavia, o resultado poderia ser bem melhor, sendo esta uma das maiores reclamações dos produtores.

Palavras-Chave: Cooperação; Reciprocidade; Relações Sociais; Agricultura Familiar.

1. INTRODUÇÃO

Apesar de a agricultura familiar ser um importante setor da economia, este permanece às margens do desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2017). Ao longo dos anos ações têm sido realizadas para fortalecer a agricultura familiar com expressão social, econômica e política.

Neste sentido, é que vem se rediscutindo modelos de desenvolvimento da atividade das pessoas do campo, principalmente, neste setor, porque os produtores são fragilizados pelas dificuldades de acesso a mercados agrícolas e financeiros o que inviabiliza o desenvolvimento deste segmento da agricultura brasileira (MOREIRA et al, 2016).

Diante do cenário, nota-se que uma possível alternativa de solução para os problemas enfrentados por produtores possa estar na formação de redes de cooperação. A busca por objetivos comuns fortalece a ideia de desenvolvimento do negócio por meio da obtenção de soluções coletivas para problemas similares (NOHRIA, 1992). A ideia de soluções coletivas pode proporcionar a interação entre gestão, trabalho e resultados.

O tema redes de cooperação vem atualmente sendo foco da atenção tanto da academia como de empresários, isso porque, tal modelo visa à integração de negócios por meio da gestão compartilhada e participativa (ARAÚJO, 2016). Nesta proposta, adotou-se o termo redes de cooperação para se referir à relação (parceria) entre produtores da agricultura familiar e demais agentes.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo verificar a existência de cooperação e reciprocidade na rede de relações entre produtores e analisar como essas relações influenciam nos resultados alcançados por produtores da agricultura familiar atuantes na região córrego do garrafão no sudeste Paraense. Assim, as questões que se propõe para este estudo são assim enunciadas:

- a) Existe reciprocidade na rede de relações entre produtores da agricultura familiar atuantes na região córrego do garrafão no sudeste Paraense?
- b) A rede de cooperação entre os produtores influencia no ato de dar e receber
- c) A rede de relações entre os atores influência nos resultados alcançados pelos produtores?

Para responder a essas questões foi adotado um estudo exploratório de caráter descritivo. Para a realização da coleta dos dados, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas no mês de abril de 2018 junto a produtores da agricultura familiar da região córrego do garrafão no Sudeste Paraense.

O trabalho está dividido em 3 seções. Inicialmente, a literatura é explorada, abordando conceitos acerca da agricultura familiar, redes de cooperação e reciprocidade. Em seguida é apresentado o procedimento metodológico da pesquisa, para na seção posterior discutir os resultados da pesquisa. Ao final está a conclusão do trabalho.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica que aborda os temas: Agricultura Familiar, Redes de Cooperação entre Produtores da Agricultura Familiar e Relações Sociais e Reciprocidade na Agricultura Familiar.

2.1 Agricultura Familiar

No Brasil, a produção agrícola proveniente da agricultura familiar ganhou notoriedade a partir da década de 1990, quando inúmeros estudos buscaram quantificar e aferir a participação deste segmento na produção nacional. A agricultura familiar, segundo Furtado (2000) é como a estreita relação entre o trabalho e a propriedade dos ativos (terra, equipamentos, veículos, habitações, entre outros).

Neste sentido, a Lei Federal n.º 11.326 de 2006 destaca que para ser considerado agricultor familiar é preciso que o produtor possua até quatro módulos fiscais, use na atividade apenas mão de obra própria e de familiares e tenha renda proveniente exclusivamente da atividade rural que executa (BRASIL, 2006).

As atividades agrícolas de base familiar estão ligadas às diversas áreas de promoção do desenvolvimento rural, que têm colocado o agro brasileiro em posição de destaque frente a outras atividades.

Desse modo, trata-se de atividade com potencial de gerar um desenvolvimento menos excludente e ambientalmente mais equilibrado (SANTOS; MITJA, 2012), mas que deve considerar a diversificação existente na agricultura familiar brasileira, associada a heranças culturais, à experiência profissional e de vida, ao acesso e à disponibilidade de recursos naturais, o capital humano, o capital social, dentre outros fatores que distinguem cada grupo (BUAINAIN, 2006).

Quando se fala em desenvolvimento, é necessário ter o cuidado de considerar a trajetória histórica de cada região ou país, para implementar mecanismos de mudanças e de transformações positivas (NORTH, 1990), com qualidade de vida para os cidadãos, o que permite concluir que não há um único caminho para o desenvolvimento. A abordagem do desenvolvimento que respeita este contexto enfatiza a sua dimensão territorial e considera as pessoas e as organizações como atores sociais (SANTOS; MITJA, 2012). Por isso, políticas setoriais para estimular a agricultura familiar devem induzir um processo de equidade social, para amenizar as injustiças do sistema econômico (BONNAL; MALUF, 2009).

A equidade social é um dos meios de atingir o desenvolvimento, ao ampliar as liberdades básicas e reduzir a pobreza (SEN, 1999), mas que no caso da agricultura familiar

depende do reconhecimento de outras formas sociais, não dominantes, de agricultura, são legítimas e necessitam de apoio por meio de políticas públicas (WANDERLEY, 2017).

Os estudos sobre a agricultura familiar têm ganhado cada vez mais notoriedade, sua importância pode ser evidenciada por meio de dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2013), que declarou o ano de 2014 como sendo o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Esse fato releva que a agricultura familiar é uma atividade importante também do ponto de vista internacional.

Isso pode ser evidenciado também por meio da divulgação do *Boletín de Agricultura Familiar para América Latina y el Caribe*, da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO, 2013). O documento chama a atenção para a relevância do setor e revela a necessidade da promoção de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola de base familiar, assim, reforça a necessidade de incentivo a cooperação por meio da participação dos produtores em organizações de agricultores familiares.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas trabalhou para elaborar um documento que funcione como uma agenda de desenvolvimento sustentável para guiar a atuação dos países, seja por meio do Estado, seja por parte da sociedade civil, que resultou na formulação de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre os quais está o 2 ODS, que trata da promoção da agricultura sustentável, além de outros temas. Assim, define em seu item 2.4 que é necessário dobrar a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente dos agricultores familiares, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor.

A agricultura familiar pode ser entendida como o meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola gerenciada e operada exclusivamente por uma família (Ano Internacional da Agricultura Familiar-AIAF, 2014). Assim, Considerando a Lei n.º 11.326/2006, observa-se que apesar de ocupar uma pequena parte das áreas agricultáveis do país, a agricultura familiar é a atividade responsável por abastecer estados e municípios, isto é, o mercado brasileiro (BRASIL, 2006).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), a agricultura familiar está em 84% dos estabelecimentos agropecuários e responde por aproximadamente 33% do valor total da produção do meio rural. Esta é responsável por aproximadamente 60% dos alimentos consumidos no país, sendo inquestionável a importância da atividade no processo de desenvolvimento social rural.

Apesar da relevância do setor, nota-se que em comparação a outros países a agricultura familiar brasileira ainda não recebe do governo a atenção merecida, sendo um setor importante, porém, à margem do desenvolvimento rural (VEIGA, 1996; SABOURIN, 2009; CONCEIÇÃO *et al*, 2016). Assim, cabe aos produtores buscarem estratégias no meio rural, encontrando nos relacionamentos, na reciprocidade e em especial na cooperação, uma alternativa para a sobrevivência do negócio.

A necessidade de cooperação entre os produtores ocorre devido ao crescente aumento das pressões sobre os diversos tipos de negócios, essas são caracterizadas principalmente por um conjunto de mudanças políticas, econômicas e sociais que afeta a atividade e vem impulsionando a adoção de mecanismos e instrumentos capazes de criar e manter a eficiência organizacional, o objetivo é promover condições de sobrevivência e desenvolvimento em diferentes ramos de atividades, sendo este, o caso da agricultura familiar (ARAÚJO, 2016).

2.1 Rede de Cooperação entre Produtores

A união de atores com objetivos comuns é uma das definições para rede de cooperação. A formação de uma rede de cooperação objetiva o desenvolvimento do negócio por meio da obtenção de soluções coletivas para problemas similares. Sob esta ótica, o

conceito de redes se alicerça na teoria organizacional (NOHRIA, 1992) e pode ser visualizada nos mais variados tipos de negócios, como é o caso da agricultura familiar.

Na visão de Marteleto (2001, p. 72) uma rede de cooperação é formada por um “conjunto de participantes autônomos” na tentativa de alcançarem melhores resultados unem ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados pelo grupo. Essas ações evidenciam a necessidade de soluções de diversos problemas sociais que incidem sobre a realidade vivenciada pelos mais variados grupos sociais (PINTO; JUNQUEIRA, 2009).

Na visão de Aragão, Lopes e Alves Junior (2010) o desejo de cooperação surge a partir da ideia de que em conjunto as decisões possibilitam benefícios grupais. Neste sentido, o foco no alcance de um único objetivo e/ou projeto, fortalece a conexão de novos padrões, assim, o grupo surpreende ao demonstrar sua força de decisão quando envolvidos em processos de articulação.

Nessa perspectiva, a rede cresce em função de combinações que interligam elementos de grupos que compartilham valores, neste caso, tanto o sucesso como as perdas são distribuídas entre todos os membros da rede (NOHRIA, 1992; PINTO; JUNQUEIRA, 2009; GASPAR, 2014).

Pesquisadores das temáticas relações sociais, cooperação entre atores e reciprocidade sugerem que a construção e o fortalecimento das relações intensificam as interações que ocorrem principalmente por meio da comunicação e do conhecimento que passa a ser compartilhado entre os atores membros da rede. Os laços relacionais intensificam as trocas de informações, fortalecem o contanto (reciprocidade) entre os indivíduos além de possibilitar o surgimento da confiança, fator importante na continuidade das ações de cooperação e dos relacionamentos (DYER; CHU, 2000; BEGNIS, 2007; LIU *et al.*, 2008; AUTRY; GOLICIC, 2010; ARAÚJO, 2016).

O desenvolvimento de uma rede de cooperação entre produtores depende da intensidade e profundidade dos vínculos entre os mesmos. Neste sentido, o termo rede de cooperação passa a ser empregado neste estudo como um modelo de representação que estrutura e coordenar os relacionamentos entre os próprios produtores, entre este e seus clientes, fornecedores, concorrentes, agentes públicos e demais entidades de forma a possibilita melhores resultados coletivos (CORRÊA, 1999; NOHRIA, 1992; GASPAR, 2014; ARAÚJO, 2016).

Ao se considerar que a união de atores pode gerar mais benefícios ao grupo, trata-se de uma questão essencial para a sustentabilidade da agricultura familiar que deve ter a capacidade de se viabilizar economicamente (BUAINAIN, 2006).

2.2 Relações Sociais e a Reciprocidade na Agricultura Familiar

A constituição das organizações permitiu o estabelecimento das relações formais e informais entre os diversos atores do sistema social. Neste sentido, as relações de reciprocidade entre produtores, por exemplo, ocorrem na dimensão informal, estando embasada na ajuda ao próximo por meio de benefícios mútuos (GOULDNER, 1960).

Para Sabourin, Petersen e Silveira (2018), é importante registrar que existem formas de economia, que produzem bens e serviços, e que tem potencial de produzir dinâmicas virtuosas de desenvolvimento local, só que fundadas na solidariedade e no compartilhamento de recursos, além dos interesses materiais.

A reciprocidade se fundamenta no caráter voluntário dos atores envolvidos. Segundo a teoria da dádiva de Mauss (1974) a reciprocidade está alicerçada no ato de dar de forma generosa e gratuita, de receber e retribuir. Neste sentido, o ato de dar envolve muito mais que uma simples troca, isto é, perpassa os valores econômicos. Ademais, não se restringe a uma mera permuta de objetos (SABOURIN; PETERSEN; SILVEIRA, 2018).

Wiener (1982) por sua vez, destaca que é preciso associar a reciprocidade aos objetivos do negócio, de modo que as crenças induzam a moral de receber e retribuir um favor. Na ótica da rede de cooperação entre produtores, a reciprocidade se apresenta por meio da intensificação das relações e da busca de objetivos comuns.

A reciprocidade permite classificar as relações e interações estruturantes entre atores e grupos sociais no plano do real, simbólico e do imaginário (SABOURIN; PETERSEN; SILVEIRA, 2018). É possível perceber a reciprocidade no comportamento do ator, este, uma vez beneficiado pela ajuda de um parceiro da rede não poderá prejudicar quem o beneficiou. Segundo o que sugere Siqueira (1995), esta norma não prescreve, uma vez que a reciprocidade se torna uma obrigação normativa e mútua entre receptor (quem recebeu a ajuda) e doador (quem ajudou).

Neste sentido, a reciprocidade pode ser entendida a partir de seis (6) conceitos: doador, receptor, credor, devedor, retribuição e obrigatoriedade. Os quatro (4) primeiros conceitos (doador, receptor, credor e devedor) indicam papéis sociais, enquanto os dois (2) últimos (retribuição e obrigatoriedade) se manifestam na natureza da intenção. Assim, estes conceitos formam as relações de cidadania na rede (ORGAN, 1990; SIQUEIRA, 1995).

Na visão de Bourdieu (1996), contrapondo o que defende Mauss (1974), não existe ato desinteressado, para o autor quem dar espera retribuição, no entanto, essa somente ocorrerá quando aquele que recebeu decidir retribuir o favor, ficando sob sua responsabilidade a decisão de devolver ou não. Quem prestou o favor (doador) adquirir o poder sobre o receptor, isto é, deixa-o constrangido com a obrigatoriedade de retribuir, já quem recebeu o favor, resta a espera da oportunidade (tempo) para retribuir o favor recebido.

Considerando a natureza da intenção, a reciprocidade deve provocar o sentimento de dívida no receptor da ação ou ajuda, de maneira que o doador possa criar expectativas de recebimento e retribuição. Dessa maneira, é possível transformar estas atitudes e práticas em hábitos contínuos.

Caillé (1998) entende que não existe a obrigatoriedade de retribuição, assim, quem retribui um favor, o faz por livre e espontânea vontade. O autor salienta que o ato de dar gera uma expectativa de retorno (retribuição) mesmo sem obrigatoriedade, isso porque o gesto de retribuição tem valor simbólico.

Trazendo a teoria da dádiva para as relações entre produtores da agricultura familiar, nota-se que devido às dificuldades enfrentadas pelos produtores, a ajuda mútua é uma alternativa de enfrentamentos dos problemas. Assim, considerando o marco teórico revisado e visando responder a questão de pesquisa formulada, passa-se a definir os procedimentos metodológicos de pesquisa adotada no estudo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem do problema a pesquisa é qualitativa, por não empregar um instrumento estatístico. Esse tipo de pesquisa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Quanto aos objetivos o estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória objetiva maior familiaridade com o problema aprimorando ideias e/ou descobertas de intuições (GIL, 2006), sendo útil quando se dispõe de poucas informações sobre o objeto a ser estudado. Neste caso, procura-se conhecer a dinâmica das ações entre produtores da agricultura familiar a partir das relações existentes entre estes.

Na visão de Beuren (2004), a pesquisa descritiva propõe-se a descrever as características de determinada população ou fenômeno, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados como a observação sistemática de dados, o pesquisador observa, registra, analisa e ordena os dados sem interferir no mesmo.

Assim, a referida pesquisa se propõe a descrever e analisar a existência da reciprocidade buscando saber como está influenciando nos resultados alcançados por produtores da agricultura familiar atuantes na região córrego do garrafão no sudeste Paraense. Para alcançar o objetivo do estudo, foram entrevistados por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado produtores da agricultura familiar atuantes na região córrego do garrafão no sudeste paraense, por meio de uma amostra não probabilística.

3.1 Coleta e Processamento dos Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro semiestruturado composto por 4 (quatro) perguntas que foram aplicadas na associação dos agricultores rurais da região do Córrego do Garrafão, realizada na sede da comunidade, sendo este o grupo focal da pesquisa.

Seguiu-se o processo de análise, que consistiu no exame, na categorização, na tabulação e nas evidências recombinações de modo a permitir conclusões baseadas empiricamente (YIN, 2010). Tratou-se, nesse sentido, de análise de conteúdo (FLICK, 2009; BARDIN, 2011).

Segundo Flick (2009, p. 291), a análise de conteúdo tem como uma das suas características essenciais a utilização de categorias, as quais são normalmente obtidas a partir de modelos teóricos, tendo como objetivo principal a redução de material de análise. Categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo gênero (analogia), com os critérios previamente definidos (BARDIN, 2011). O Quadro 1 representa as perguntas semiestruturadas realizadas na sede da comunidade que ensejam responder aos objetivos listados:

- a) Existe reciprocidade na rede de relações entre produtores da agricultura familiar atuantes na região córrego do garrafão no sudeste Paraense?
- b) A rede de cooperação entre os produtores influencia no ato de dar e receber
- c) A rede de relações entre os atores influencia nos resultados alcançados pelos produtores?

Quadro 1. Questionário aplicado

1. O que vocês entendem por cooperação?
2. Existe benefícios na cooperação? Há reciprocidade?
3. O que mudou após a atuação em rede e cooperação?
4. Houve dificuldades na atuação em redes?

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

O processamento dos dados foi realizado pelo software Nvivo, resultando na exibição da nuvem de palavras que tem como finalidade agrupar e organizar graficamente em função da sua frequência. É uma análise lexical simples, porém graficamente bastante interessante, na medida em que possibilita rápida identificação das palavras-chave dos dados coletados (CAMARGO; JUSTO, 2013). No entanto, vale salientar que a utilização do Nvivo não substitui a figura do pesquisador, como preconiza Dixon, Ritchie e Siwale (2006):

O NVIVO é uma ferramenta para auxiliar análises que não 'pensam' para o pesquisador ... e não podem desenvolver teorias a partir dos dados. Como programa de computador, não substituiu o "papel central do analista" de procurar significados por trás de qualquer conjunto de dados (p. 411).

No que se refere a execução do software, sua exibição mostra as palavras mais importantes utilizadas por seus respondentes, quanto maior o tamanho da fonte, mais importante ou significativa é a palavra, são expostas da contagem numérica mais alta para a

benefícios da atuação em rede, e por conseguinte, a criação da associação foi a possibilidade de se obter uma linha de crédito no banco, a chance da utilização de trator ajudando na produção, facilitando para todos.

Neste sentido, o produtor **AG3** relata a compra do carro da associação adquirido como um benefício a ser lembrado, logo, deixa registrado o pouco apoio governamental, assim ele destaca: *“O carro principalmente né, apoio financeiro, dinheiro que você consegue para o projeto. Eu particularmente já consegui dois projetos, é às vezes muito pouco, mas o apoio político também, mas é pouco isso, é mínimo”*.

Já o produtor **AG5** segue na mesma linha do respondente anterior, valorizando a aquisição do carro e a concessão de empréstimos para a associação.

A associação melhorou muita coisa para nós, além do carro que serve ou já serviu, serve demais aqui para levar várias e várias pessoas doente daqui para a rua. Tem o soro, dose da vacina, os empréstimos feitos no banco deram uma ajuda boa. Eu acho que com a associação melhorou bastante, antes tudo era mais difícil. Ai, depois da associação deu uma melhoria bastante.

O produtor **AG4** também relata a compra do carro e a serventia para todos, quando se faz necessário a ida a cidade, muito em decorrência para levar pessoas enfermas. Assim ele relata: *“Já conseguimos também esse veículo (carro) aqui através de uma emenda parlamentar com o objetivo que foi apresentado no projeto para socorrer uma pessoa acidentada, doente. Já levamos para mais de dez pessoas acidentadas ou doentes”*.

AG1 corrobora com o que foi afirmado anteriormente, assim ele relata:

Sim, trouxe (benefícios). Primeiro a gente conseguiu várias linhas de crédito junto aos agentes financeiros desde 2003, onde até pouco tempo, isso vem ocorrendo. A gente tem conseguido algumas linhas de crédito e isso tem ajudado muito e não contando com os convênios justamente para locar caminhões para escoar a produção.

O agricultor **AG8** deixa claro que sem a associação muitas das conquistas não seria possível, como, por exemplo, a utilização do trator. Assim ele destaca: *“Provavelmente não viria. Porque se eu chegar lá e procurar, eu quero um girico (trator) para gradear um pedaço de terra, ele não vem de jeito nenhum. Com certeza”*.

Aqui o produtor indica que essa ajuda, os benefícios para os produtores, é resultante da união, isto é, da criação da associação, segundos os relatos, observe que todos relatam a compra do carro, a abertura de linhas de créditos, o poder de negociação quando querem solicitar um Girico da prefeitura para arar a terra.

Acerca das dificuldades encontradas, **AG2** faz a seguinte colocação: *“A gente vai no caminhão e não tem tempo de ver outros preços para tentar vender um preço melhor por causa da rapidez que o caminhão volta, [...] não temos outro recurso”*.

Nota-se que o agricultor sente a falta de apoio nas vendas daquilo que foi produzido, ficando a mercê da ida e vinda do caminhão (contratado pelos produtores) para a cidade o que impossibilita um desempenho melhor nas vendas. Ainda neste sentido, o produtor **AG3** destaca: *“A gente só tem dois dias para vender”*.

AG7 reafirma essa necessidade de transporte para escoar a produção e da escassez do momento em relação aos dias de utilização do caminhão: *“A gente tinha apoio para escoar, mas agora não estar tendo também não. Foi cortado. Antes tinha o caminhão que escoava a produção e a gente não pagava nada. O caminhão vinha uma vez por mês, até duas vezes por mês, mas agora não tem”* (cedido pela prefeitura).

Diante dos relatos, percebe-se que há reciprocidade entre os produtores (rede interna), isso é confirmado na fala do produtor **AG5**. No que concerne à ideia de reciprocidade, esta ocorre por meio do ato voluntário dos atores envolvidos (ajudar quem precisa na lavoura, dar sementes). Segundo Mauss (1974), a teoria da dádiva está alicerçada no ato de dar forma generosa e gratuita, de receber e retribuir. Nota-se que as ações de reciprocidade podem ser vistas na rede, no entanto, ainda de forma tímida.

Ao se pensar que a união entre os atores pode aumentar a cooperação e, conseqüentemente, o ganho, refletir sobre formas de estimular a reciprocidade é necessário, ainda mais quando se pensa, como afirma Buainain (2006), que a agricultura familiar necessita ser viável economicamente. Em outras palavras, há um potencial de gerar desenvolvimento local, com melhoria na qualidade de vida da população, por meio da intensificação das redes entre os produtores.

No que tange à rede externa (parceiros, prefeitura), não há reciprocidade. A prefeitura segundo os produtores cortou a ida do caminhão para o escoamento da produção, o girico quando solicitado, o produtor tem que pagar as horas trabalhadas e o combustível. Para que haja reciprocidade, segundo o que sugere Caillé (1998) não necessariamente deve existir a obrigatoriedade de retribuição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo verificar a existência de cooperação e reciprocidade nas relações entre produtores e analisar como essas relações influenciam nos resultados alcançados por produtores da agricultura familiar atuantes na região córrego do garrafão no Sudeste Paraense.

No que tange à cooperação foi possível verificar ações de colaboração em diversas falas como, por exemplo, quando um produtor dá semente para outro ou quando ajuda na roça do outro. Tal ato pode ser entendido segundo a teoria da dádiva como reciprocidade, caso isso retorne para o produtor ofertante de forma voluntária, sem a obrigação de retribuir tal favor. Percebeu-se também que os produtores têm uma noção clara do que é cooperação.

Outro fato interessante é o reconhecimento do produtor quanto à importância da cooperação, mas se percebe também que alguns, como é o caso do produtor **AG6** que defende a ideia de que trabalhar sozinho e vender seu produto sozinho é suficiente. O fato de se ter um carro conquistado pela associação pode ser considerado um ato de cooperação que beneficia todos os associados, bem como a busca por linhas de crédito mais vantajosas e divulgadas a todos, também podem ser como um ator de cooperar.

A reciprocidade entre os próprios produtores também foi identificada, principalmente no ato de ajudar na lavoura do outro produtor, dar sementes para o plantio, ajudar uns aos outros. No que tange à rede na sua parte externa, parceiros, a reciprocidade não existe. Nota-se que se o produtor precisa de um maquinário para trabalhar o solo ele tem que pagar, não sendo, portanto, um ato voluntário. Assim, passa-se a analisar as questões propostas.

a) Existe reciprocidade na rede de relações entre produtores da agricultura familiar atuantes na região córrego do garrafão no sudeste Paraense?

Quando se pensa a rede considerando apenas os produtores (rede interna), sim existe, mas ao levar em consideração seu elo externo, a reciprocidade não existe. Segundo os produtores todas as ações solicitadas devem ser retribuídas, na maioria das vezes de maneira financeira (pagas).

b) A rede de cooperação entre os produtores influencia no ato de dar e receber?

Não, não necessariamente as ações que são realizadas, como a ajuda na lavoura do outro, a disponibilidade de maniva e/ou sementes seguem normas de devolução. Essa retribuição pode ser realizada e/ou devolvida, caso ocorra, de outra forma, mas sem pressão sobre quem foi beneficiado com a obrigação de beneficiar.

c) *A rede de relações entre os atores influência nos resultados alcançados pelos produtores?*

Sim. Nota-se que houvesse uma parceria com a prefeitura do município em relação ao apoio ao escoamento da produção, melhoria das estradas, e apoio com maquinário para o preparo do solo, esse resultado poderia ser bem melhor, sendo esta uma das maiores reclamações dos produtores.

Segundo relatos, em governos passados essa parceria existia e o resultado, segundo os produtores foi satisfatório, mas quando deixou de existir, prejudicou a comunidade, principalmente no que tange a estrada e maquinários. Considerando os vários desafios enfrentados pelos produtores da agricultura familiar, estradas para o escoamento da produção, apoio dos órgãos competente, bem como, apoio com maquinários são fatores fundamentais para a sobrevivência do negócio e a permanência do produtor no campo.

Apesar da relevância do setor, a agricultura familiar brasileira não recebe o apoio necessário para se desenvolver, poucas são as ações efetivas e concretizadas. O que se percebe é que os produtores desse ramo de atividade, por falta de conhecimento e de articulação atuam às margens do desenvolvimento rural (VEIGA, 1996; SABOURIN, 2009; CONCEIÇÃO *et al*, 2016), não há tecnologia para o aprimoramento da produção, a distância dos centros comerciais, muitas vezes inviabiliza o fechamento de acordos comerciais vantajosos.

Diante dos vários desafios enfrentados e pela luta diária pela sobrevivência do negócio e permanência no campo o produtor se vê sozinho e sem perspectiva, encontrado na cooperação uma alternativa, isso porque a cooperação pode possibilitar o alcance de melhores resultados coletivos.

As contribuições acadêmicas dizem respeito ao modesto tributo aos estudos sobre redes e cooperação e mais especificamente ao estudo sobre agricultura familiar e os desafios enfrentados pelos produtores que atuam com essa atividade. A contribuição organizacional está centrada na possibilidade desta e de outros modelos de organizações se motivarem a considerar a cooperação e a reciprocidade como prática que beneficia todos os atores envolvidos de forma a possibilitar melhores resultados organizacionais tanto em processo como em resultados.

A principal limitação deste estudo refere-se à análise de um único caso (Comunidade Primavera – região córrego do garrafão), as conclusões obtidas na presente pesquisa permitem a análise profunda de uma situação dentro de seu contexto real, mas não devem ser estendidas ou generalizadas para outras comunidades (produtores).

Como futuras avenidas de pesquisa e no intuito de tratar as limitações do estudo e ampliar seu escopo, sugere-se o desenvolvimento de estudos mais abrangentes que envolvam um número maior de comunidades agrícolas do próprio município, assim como de outras regiões do estado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M.F. et al. Trocas de informações entre professores e a disseminação do conhecimento: uma discussão com base nas análises de redes sociais. **XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU**. Florianópolis – Santa Catarina. ISBN: 978-85-68618-00-4. Dezembro de 2014.

ARAGÃO, L. A.; LOPES, C. S.; ALVES JUNIOR, M. D. Redes de Cooperação de Pequenas e Médias Empresas: os Benefícios Estratégicos em Uma Rede de Supermercados. *EnEO - Encontro de Estudos Organizacionais*, 6. **Anais...**, p. 1–16, 2010. Florianópolis (SC), Brasil: ANPAD, 2010.

AUTRY, C. W.; GOLICIC, S. L. Evaluating buyer-supplier relationship-performance spirals: A longitudinal study. *Journal of Operations Management*, v. 28, n. 2, p. 87-100, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEGNIS, H. S. M. **Formação de Valor transacional e Relacional na cadeia de produtiva do leite no Rio Grande do Sul**. 2007. 269f. Tese (Doutorado) Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas em Agronegócios, Porto Alegre, 2007.

BEUREN, I. M. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 8, n. 14, p. 211-250, 2009.

BOUDIEU, P. Será possível um ato desinteressado. In: _____. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. São Paulo. Papyrus, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 12 out. 2019.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecológica e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v13, n 38p 5-51, 1998.

CONCEIÇÃO, L. C.; MARTINS, C. M.; SANTANA, A. C.; GOMES, S. C.; SANTOS, M. A. S. D.; REBELLO, F. K. Mercado Institucional de Produtos Agropecuários de Assentamentos Rurais na Amazônia. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, v. 5, n. 2, p. 117-126, 2016.

CORRÊA, G. N. **Proposta de otimização da integração de parceiros na formação e gerência de empresas virtuais**. 1999. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1999.

Dixon, R., Ritchie, J. e Siwale, J. Microfinanças: prestação de contas a partir das bases. *Diário de contabilidade, auditoria e prestação de contas*, 19, 405 - 427 . 2006.

DYER, J. H.; CHU, W. The Determinants of Trust in Supplier-Automaker Relationships in the U.S., Japan, and Korea. *Journal of International Business Studies*, v. 31, N. 2, 2000.

- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 21 ed. São Paulo: Publifolha, 2000.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GOULDNER, A.W. The norm of reciprocity: a preliminary statement. **American Social Review**, v. 25, n. 2, p. 161- 178, 1960.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agricultura Familiar**: primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2015. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_20_06/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em 09.abr. 2017.
- LIU, Yi.; TAO, Lei.; LI, Yuan.; EL-ANSARY, A. I. The impact of a distributor's trust in a supplier and use of control mechanisms on relational value creation in marketing channels. **Journal of Business & Industrial Marketing**, v. 23., n.1. DOI 10.1108/08858620810841452. China, 2008.
- MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: Aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, 30, (1), 71-81, 2001.
- MAUSS. M. Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas: In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo. EDUSP, v. 2, 1974, p.49-209.
- MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. F. R.; MELLO, M. M. S.; FORTINI, R. M. Agricultura Familiar em Debate: Análise do Meio Rural nas Mesorregiões Norte e Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 34, p. 320-350, 2016.
- NOHRIA, N. "Introduction: Is a network perspective a useful way of studying organisation". In Networks and organisations. **N. Nohria and R.G. Eccles**, 1-22.: Harvard Business School Press: Boston, MA, 1992.
- NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.
- ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Fao anuncia que 2014 será o ano internacional da agricultura familiar**. 25 de março de 2013. Disponível em: <http://www.onu.org.br/fao-anuncia-que-2014-sera-o-ano-internacional-da-agriculturafamiliar/>. Acesso em: 08 Abr. 2019.
- ORGAN. D. W. The motivational basis of organizational citizenship behavior. In B. M. Staw & L. L. Cunnings (Orgs.). **Research in Organizational Behavior**. Stanford: Jai Press, 1990, p. 442-472.
- PINTO, Á. M. G.; JUNQUEIRA, L. A, P. Relações de poder em uma rede do terceiro setor: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública- RAP** — Rio de Janeiro, v.43, n.5, 1091-1116, 2009.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____.; PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. Redes de cooperação da agricultura familiar e do desenvolvimento rural local no Agreste paraibano. **Redes**, v. 23, n. 2, p.14-36, mai./ago. 2018.

SANTOS, A. M.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações (Campo Grande)**, v. 13, n. 1, p. 39-48, jan./jun. 2012.

SEN, A. **Development as Freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 1999

SIQUEIRA, M. M. M. **Antecedentes de comportamentos de cidadania organizacional**: a análise de um modelo pós-cognitivo. Tese de doutorado não-publicada, Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, EMBRAPA, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.

WIENER, Y. Commitment in organizations: a normative view. **Academy of Management Review**, v. 7, n. 3, p. 418-428, 1982.

WANDERLEY, M. N. B. Franja Periférica, Pobres do Campo, Camponeses: dilemas da inclusão social Dos pequenos agricultores familiares. IN: DELGADO, G.; BERGAMASCO, S. M. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 64-82.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.